

As estruturas devem adaptar-se (mais depressa)

A Justiça ainda é muito masculina. A constatação é fácil pela ausência de mulheres em lugares de decisão. Mas é uma questão de tempo até que os que hoje mandam morram... e então as mulheres mandarão mesmo. Polémica, a afirmação pode encerrar em si uma realidade velada.

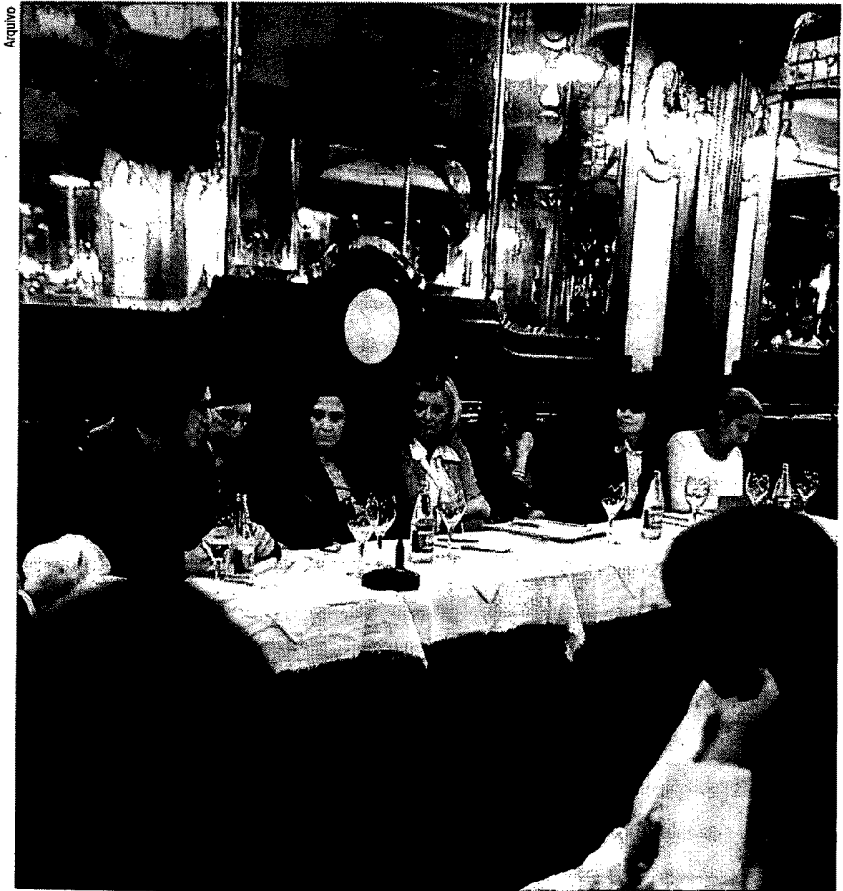
Isabel Fernandes

Sete pessoas juntaram-se à mesa do café para explicar sobre o lado feminino na Justiça. A conversa, que depois de perto de duas horas foi estendida à plateia, prolongou-se para lá da hora (do café) e acabaria por ser quase abruptamente interrompida pela organização. E nem sequer foi uma questão de género e de sensibilidade feminina, tem mesmo a ver com o que definiram como “experiências distintas”. E se a estas premissas juntarmos o tema da tertúlia, «A Justiça no feminino», não se estranha a quase expulsão por parte dos anfitriões, a Associação Jurídica do Porto, das responsáveis por incendiarem o fim da noite do passado dia 9, uma quinta-feira, no café Majestic, no Porto.

Entre os estudos que apontam para um claro défice, ou a total ausência, de mulheres em lugares de decisão na Justiça há a realidade vivida por homens e mulheres que dedicam a sua vida profissional à área e que pedem que se adaptem “as estruturas à realidade”, fazendo valer o direito à igualdade de oportunidades de géneros. “Tarda uma maior representação feminina em lugares de decisão”, lamentou o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra João Paulo Dias. Este «intruso» ousou ainda apelar ao fim “da resistência corporativa masculina” no seio da Justiça. O convidado, que estava ali para dar uma visão sociológica da realidade, acabaria por ser «atacado» sem piedade, cujos golpes vieram de mulheres e de homens da assistência contra este facto. Desculpando o seu “desconhecimento” pelo facto de “não estar directamente ligado à estrutura”, o antigo bastonário da Ordem dos Advogados Augusto Lopes Cardoso, na plateia, defendeu ser “no mérito” que está o trampolim para a ascensão das mulheres aos tais lugares que ainda parecem reservados aos homens. Ao mesmo tempo que defendeu que as diferenças entre géneros situam-se ao nível “psicológico”, Lopes Cardoso comentou “a entrega total” que as profissões ligadas à Justiça exigem, dizendo que “pesa muito mais nas mulheres”, sem que se debruçasse nas razões para que tal aconteça. O ex-bastonário ainda aproveitou o tempo para pedir [às mulheres] que “não peçam quotas, por ser desprestigiante”.

A defesa

Em resumo quase se poderia dizer que os homens foram àquela mesa só para se defenderem do que acabavam por dizer nas suas intervenções. O advogado Magalhães e Silva lá teve que ir ao ringue defender-se como pôde, depois de ter de-



fendido que “as mulheres acabarão por aceder à Justiça”, nem que tenham que esperar que as gerações actuais morram. Perspectiva que causou grande descontentamento nas mulheres presentes, quando o advogado só queria dizer – remediou então – que no acesso à Justiça pelas mulheres é essencial que se faça “admitindo a heterogeneidade”. Mas as mulheres não guardaram rancor do advogado e as pistas, comentários e provocações continuaram, alongando-se por quase três horas. Entre as experiências que ali se expuseram, houve espaço para a emoção, aliada à revolta de um sistema claramente masculino. A professora Maria Clara Sottomayor foi clara: “Nenhuma mulher teria dado um acórdão” como o que usou de exemplo e tinha como «protagonista» uma criança menor, com incapacidades psicológicas, do sexo feminino, à guarda da irmã e que acabaria por ser abusada pelo marido daquela. Para a docente há 17 anos “há um lado feminino de exercer as profissões” e sem hesitação “é preciso reafirmar essas emoções” no desempenho das funções.

Com as emoções à flor da pele, Maria Clara Sottomayor lamentou que o acórdão tenha determinado que não ficou provado se houve ou não consentimento por parte da menina.

Também da tertúlia participou uma juíza de Direito, uma procuradora e mais duas docentes universitárias. A juíza Fátima Mata-Mouros, que veio de Lisboa para dizer de sua «justiça», admitiu que “ainda não é fácil, mas tudo está muito melhor”. E recuou alguns anos as suas memórias e recapitulou o que foi o início da sua vida profissional. Fátima Mata-Mouros retrócedeu mesmo aos tempos de estudante quando o sistema masculino lhe deu ganas de desistir. “Não desisti graças ao meu pai e ao meu marido”, que, aliás, recomendou a todas as mulheres pela retaguarda que lhe proporciona. E neste ponto houve consenso numa discussão que não pretendia encontrar soluções, nem fazer prevalecer pontos de vista. Também quanto ao momento de viragem que se viveu foi recolhido um assentimento geral. Ficou, porém, a ideia que está a demorar de mais.